

O TEMPO EM TRÊS PARTES: VIDA, ESQUECIMENTO E PATRIMONIALIZAÇÃO. RUA RIACHUELO, RIO GRANDE, RS

ELIZA FURLONG ANTOCHEVIS¹; MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – eliza.antochevis@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – leticiamazzucchi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente discussão aborda os resultados parciais da pesquisa desenvolvida junto ao curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), iniciada no ano corrente. A relação entre memória, esquecimento e patrimônio edificado no contexto urbano é o tema do trabalho. O objeto de pesquisa é a Rua Riachuelo, situada às margens da Laguna dos Patos, na cidade do Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

A via foi criada no ano de 1823, com o nome de Rua Nova das Flores, a partir de aterros que visaram aumentar a área do cais da cidade (QUEIROZ, 1987). A rua passou, então, a abrigar atividades comerciais e portuárias. Em 1915, com a criação do Porto Novo em outra área da cidade, seu porto passou a ser chamado de Porto Velho. Atualmente, a rua conta com um bem tombado em nível federal, o prédio da antiga Alfandega, e está inserida no Centro Histórico da cidade. Além disso, apresenta imóveis que constam na lista de Bens Culturais Inventariados do município.

O objetivo geral do trabalho é fazer uma análise dos fatores que contribuíram para que a Rua Riachuelo passasse por três períodos distintos, como o apogeu (vida, desenvolvimento), o declínio (esquecimento, degradação) e o despertar da identidade (patrimonialização tardia dos remanescentes), assim como a datação correta dessas etapas. Dessa forma, o problema que a pesquisa visa responder pode ser assim descrito através da pergunta: como, por qual razão e em quais momentos exatamente se deram as mudanças ocorridas na Rua Riachuelo, entre 1823 e os dias atuais, entre a vida e a patrimonialização tardia?

As hipóteses foram consideradas com relação aos três períodos. Acredita-se que a rua já era relevante desde a sua criação, no século XIX, visto a proximidade com seu porto. O período do esquecimento começou a ser delineado em 1915, com a criação do Porto Novo. Como consequência, houve uma redução da sua importância. No entanto, o processo de esquecimento não foi imediato. Na década de 1980, teve início a patrimonialização com a criação da primeira lei municipal relativa ao patrimônio cultural e o primeiro museu localizado na via.

Com relação à fundamentação teórica, a pesquisa irá se apoiar em três eixos: memória social, patrimonialização e políticas culturais, e cidade. Com relação à memória social, serão observados os conceitos de lugar de memória, com os estudos de Pierre Nora; memória coletiva, com as obras de Maurice Halbwachs; e identidade urbana, com textos de Denise Jodelet. Fortemente relacionados, os três conceitos auxiliam na confirmação da rua histórica como bem cultural, que preserva história e memória. Segundo Pierre Nora (1984), “os lugares de memória são lugares cuja razão fundamental é interromper o tempo e dificultar o trabalho do esquecimento”.

Sobre patrimonialização e políticas culturais, serão analisados os conceitos de patrimônio cultural material, conforme definições e análises do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e legislação patrimonial, segundo leis e demais instrumentos municipais, estaduais ou federais que tenham sido aplicados no espaço da Rua Riachuelo.

Acerca da cidade, serão observados os conceitos de espaços públicos, conforme Leonardo Benévolo; marcos espaciais, com os escritos de Georg Simmel; e paisagem cultural, segundo documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Conforme Simmel (1999), os grupos dentro dos contornos de uma cidade ou casa, deixam suas marcas e reencontram suas recordações coletivas no marco espacial constituído.

2. METODOLOGIA

Com relação ao critério, a pesquisa será qualitativa, não desprezando o uso pontual de procedimentos estatísticos, que atuarão como suportes. A rua será analisada externamente, considerando principalmente a arquitetura dos sobrados e dos cinco armazéns do Porto Velho (fachadas externas frontais), que refletirá não só as necessidades dos seus usos ao longo do tempo, mas os aspectos econômicos e de vanguarda da população e o estado de conservação desses bens.

Objetivando ir além do aspecto físico, para assim ver a rua “por dentro”, serão considerados sobretudo relatos orais e questionários de antigos/atuais moradores, trabalhadores das casas comerciais e agências marítimas e *habitués* dos bares locais. Também será observado como a cidade era relatada nos jornais locais e quais foram os efeitos das legislações patrimoniais sobre os bens culturais da rua.

As técnicas de pesquisa envolverão coleta documental (documentos históricos, jornais, legislações), revisão de literatura (acerca dos conceitos apresentados), entrevistas e questionários, levantamento físico *in loco* e modelagem computacional (maquete eletrônica da rua). Por fim, será realizada uma análise do conteúdo, e serão comparadas as três fases da via, através dos dados descritos no texto e das maquetes eletrônicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a sua criação, em 1823, a Rua Riachuelo passou por um intenso crescimento. Os usos comercial e portuário, somados à localização, trouxeram grande prosperidade. As atividades se desenvolviam entre o porto e as construções da rua, que foram rapidamente erguidas de frente para a laguna. O fluxo de pessoas era intenso também pelo embarque e desembarque de visitantes dos chamados “vapores”. Na década de 1890, mapas já registravam o logradouro com a sua extensão atual de seis quarteirões.

São muitas as publicações com registros comerciais, como o Guia Bemporat (BEMPORAT, 1906, p.508), que citam diversas casas importadoras e exportadoras, localizadas na via na primeira década do século XX. As construções eram, em sua maioria, sobrados de dois a quatro pavimentos, sem recuos frontais ou laterais. Neles, o térreo era destinado ao comércio/depósito/serviço, enquanto os outros pavimentos, que contavam com balcões (sacadas), serviam como residência aos proprietários.

Em 1915, ocorreu a inauguração do Porto Novo, no lado leste da cidade. No entanto, a importância do Porto Velho persistiu como ancoradouro de embarcações

de pequeno e médio porte, para descarga de pescado e tráfego de passageiros (TORRES, 2009). Alguns anos depois, foram construídos os armazéns do antigo porto. Os dois primeiros foram edificadas em 1925, e os restantes em 1926 (FERREIRA, 2016). Acredita-se que a criação do novo porto e a consequente remoção de alguns usos tenha iniciado um processo de esquecimento e degradação da via. No entanto, esse processo foi lento.

Até o presente momento, os documentos mais antigos encontrados que registram o esquecimento são do ano de 1946. São fotografias que mostram fachadas danificadas e terrenos vazios, características comuns em ruas de menor relevância, onde não se intenciona construir novos prédios. No entanto, percebe-se que a via ainda concentrava a atividade comercial, com algumas lojas e armazéns, conforme observado no material.

Acredita-se que a década de 1960 tenha dado início a um novo processo, também vagaroso, mas dessa vez de incentivo à identidade local e à patrimonialização. Algumas atividades culturais, como a Festa do Mar, foram criadas para recuperar a identidade portuária da cidade, abalada pelo fechamento de indústrias na década anterior. O primeiro bem cultural da rua a ser patrimonializado foi o antigo prédio da Alfândega, tombado em nível federal em 1967 (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2012).

No entanto, percebe-se que a década de 1980 trouxe ações mais precisas, como as primeiras legislações patrimoniais da cidade, que incluíam o Porto Velho como edificação de interesse sociocultural. Em 1987, o Museu da Cidade do Rio Grande foi transferido para as instalações da antiga Alfândega. Nos anos 2000, foi realizado um Inventário de Bens Culturais do Município, com nove sobrados registrados na via, além do Cais do Porto Velho e dos armazéns.

Apesar do presente trabalho ainda não contemplar dados de entrevistas e questionários, a pesquisa documental mostrou que a via encontra-se atualmente com grande parte de seu patrimônio degradado e esquecido pela população, apesar das ações de preservação. Com exceção do prédio da antiga Alfândega, grande parte da arquitetura, mesmo os sobrados inventariados, sofreu transformações e adquiriu novos usos, como depósitos e casas noturnas, ou permanece sem uso. A rua não recebe mais um fluxo intenso de pessoas, sendo considerada pouco segura em alguns horários.

4. CONCLUSÕES

Conforme os dados pesquisados até o momento, acredita-se que um conjunto de fatores contribuiu para o declínio e esquecimento da Rua Riachuelo: mudanças de usos, dificuldades econômicas dos moradores e do poder público, falta de identidade e patrimonialização tardia. A “vida”, no sentido de fluxo intenso de habitantes e de atividades, não resistiu às mudanças impostas.

As legislações patrimoniais parecem ter impedido demolições e novas construções, mas não desaceleraram o processo de degradação e de esquecimento dos proprietários com os seus prédios. Ao longo dos anos, os habitantes da cidade continuaram com um sentimento de identidade com relação à atividade portuária, mas muitas vezes ligado apenas ao Porto Novo.

No entanto, apesar das muitas alterações, a rua ainda apresenta restos de um século XIX, e de um início do século XX, que foram extremamente prósperos. Esses restos estão nas fachadas dos sobrados, no cais e nos armazéns, e na memória de

uma parte da população que lembra da Rua Riachuelo como aquela que situa-se a frente do Porto Velho, primeiro porto da cidade mais antiga do estado.

Por ser a via um lugar de memória, um marco espacial com características únicas, torna-se necessário contar a sua história repleta de especificidades. Da mesma forma é imprescindível investigar as causas do seu esquecimento, analisar os efeitos de sua patrimonialização e manter viva a sua memória.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEMPORAT, A. [Diretor Geral]. **Guia Bemporat do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: editado pelo autor, 1906.

FERREIRA, G. **Cem anos do Porto do Rio Grande?** Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma “Barra Diabólica”. 2016. 122 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

QUEIROZ, M. L. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: Editora FURG, 1987.

TORRES, L. H. **Memórias do Cais: o Porto Velho do Rio Grande**. Rio Grande: Editora FURG, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (Rio Grande). **Ame Rio Grande** - História, identidade e preservação do patrimônio cultural. Folheto informativo. Rio Grande, 2012.

SIMMEL, G. **Sociologie. Études sur les formes de la socialisation**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2013.